



JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 27 de novembro de 2023



Série

Número 221

Suplemento

Sumário

SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DE TURISMO E CULTURA

Despacho Conjunto n.º 108/2023

Nomeia e determina a composição da Comissão de Análise e Acompanhamento incumbida de apreciar as candidaturas aos apoios financeiros a conceder pela Região às entidades que desenvolvam projetos de reconhecido mérito e interesse para a cultura, para o ano de 2024.

SECRETARIAS REGIONAIS DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL E DE INCLUSÃO E JUVENTUDE

Despacho Conjunto n.º 109/2023

Constitui um grupo de trabalho, com a missão de preparar a regulamentação prevista no artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2023/M, de 13 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Modelo de Cuidados de Longa Duração da Região Autónoma da Madeira.

SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO E CULTURA

Anúncio de Procedimento n.º 8/2023

Aquisição, em três lotes, de material informático e outros equipamentos eletrónicos para a Direção Regional da Cultura (Madeira). Publicado em *Diário da República*, II Série, n.º 228, de 24 de novembro de 2023. Anúncio de procedimento n.º 20117/2023.

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

Despacho n.º 512/2023

Designa a Dra. Natércia Cristina Serrão de Freitas, em regime de comissão de serviço, para o cargo de direção intermédia de 1.º grau, diretora de serviços da Direção de Serviços Jurídicos, da Direção Regional de Estradas, da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas.

SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DE TURISMO E CULTURA**Despacho Conjunto n.º 108/2023****Sumário:**

Nomeia e determina a composição da Comissão de Análise e Acompanhamento incumbida de apreciar as candidaturas aos apoios financeiros a conceder pela Região às entidades que desenvolvam projetos de reconhecido mérito e interesse para a cultura, para o ano de 2024.

Texto:

Considerando que o Decreto Legislativo Regional n.º 25/99/M, de 27 de agosto, criou o quadro legal de apoios financeiros a conceder pela RAM a entidades que desenvolvam projetos de reconhecido mérito e interesse para a cultura, cujo regulamento é definido pela Portaria n.º 79/2001, de 17 de julho, alterada pela Portaria n.º 130/2006, de 2 de novembro, ambas do então Secretário Regional do Turismo e Cultura;

Considerando que as candidaturas aos apoios financeiros devem ser apreciadas por uma Comissão de Análise e Acompanhamento (CAA), a nomear, em cada ano, por despacho conjunto dos membros do Governo Regional com a tutela das áreas da Cultura e das Finanças (cfr. n.º 1 do artigo 9.º do DLR 25/99/M);

Considerando que, conforme o n.º 2, do artigo 9.º da Portaria n.º 79/2001, a identificada comissão deve ser constituída por um presidente, dois vogais efetivos e dois suplentes;

Ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 9.º do regulamento de atribuição de apoios financeiros a projetos de interesse cultural, aprovado pela Portaria n.º 79/2001, de 17 de julho, publicada no JORAM, I Série, n.º 62, de 17 de julho de 2001, alterada pela Portaria n.º 130/2006, de 2 de novembro, é nomeada a respetiva Comissão de Análise e Acompanhamento para o ano de 2024 que fica assim constituída:

Presidente:

- Mestre JOÃO PEDRO GONÇALVES BORGES, docente em mobilidade, a exercer funções na Direção de Serviços de Dinamização Cultural, da Direção Regional da Cultura.

Vogais Efetivos:

- Mestre CÁTIA MARIA DE FREITAS PINTO DE OLIM, Técnica Superior, a exercer funções na Direção de Serviços de Dinamização Cultural, da Direção Regional da Cultura;
- Licenciado DIOGO JOSÉ FREITAS CORREIA, Assistente Técnico, a exercer funções na Direção de Serviços de Dinamização Cultural, da Direção Regional da Cultura.

Vogais Suplentes:

- Licenciada MARIA EMÍDIA DE ANDRADE LOJA ANDRADE COSTA, docente em mobilidade, a exercer funções na Direção de Serviços de Dinamização Cultural, da Direção Regional da Cultura;
- Mestre MARIA LEONOR MORGADO MELVILL DE ARAÚJO, Técnica Superior, em cedência de interesse público, a exercer funções na Direção de Serviços de Museus, da Direção Regional da Cultura.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de dezembro de 2023.

Funchal, 16 de novembro de 2023.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, Rogério de Andrade Gouveia

O SECRETÁRIO REGIONAL DE TURISMO E CULTURA, António Eduardo de Freitas Jesus

**SECRETARIAS REGIONAIS DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL
E DE INCLUSÃO E JUVENTUDE****Despacho Conjunto n.º 109/2023****Sumário:**

Constitui um grupo de trabalho, com a missão de preparar a regulamentação prevista no artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2023/M, de 13 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Modelo de Cuidados de Longa Duração da Região Autónoma da Madeira.

Texto:

Considerando que, através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2023/M, de 13 de junho, foi aprovado o regime jurídico do Modelo de Cuidados de Longa Duração da Região Autónoma da Madeira;

Considerando que, nos termos do artigo 15.º do referido diploma, compete aos membros do Governo Regional responsáveis pelas áreas das finanças, da saúde e da segurança social, aprovar a regulamentação necessária;

Considerando que, para o cumprimento de tal desiderato, urge constituir um grupo de trabalho com o objetivo de preparar a referida regulamentação.

Assim, determina-se o seguinte:

1. É constituído um grupo de trabalho, com a missão de preparar a regulamentação prevista no artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2023/M, de 13 de junho, que integra os seguintes membros:
 - a) Em representação da área da segurança social, Márcia Filipa Gonçalves Gomes, Vogal do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM;
 - b) Em representação da área da saúde, Ana Clara Vieira Mendonça e Silva, Diretora Regional para as Políticas Públicas Integradas e Longevidade;
 - c) Em representação do Gabinete da Secretária Regional de Inclusão e Juventude, Cátia Micaela Portela dos Santos Jardim, Adjunta do Gabinete.
2. A constituição e o funcionamento do grupo de trabalho não conferem àqueles que a integram ou que com ela colaboram, o direito ao pagamento de qualquer remuneração, nem à assunção de qualquer encargo adicional.
3. O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretarias Regionais de Saúde e Proteção Civil e de Inclusão e Juventude, no Funchal, aos 24 dias do mês de novembro de 2023.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL, Pedro Miguel da Câmara Ramos

A SECRETÁRIA REGIONAL DE INCLUSÃO E JUVENTUDE, Ana Maria Sousa de Freitas

SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO E CULTURA

Anúncio de Procedimento n.º 8/2023

Sumário:

Aquisição, em três lotes, de material informático e outros equipamentos eletrónicos para a Direção Regional da Cultura (Madeira). Publicado em *Diário da República*, II Série, n.º 228, de 24 de novembro de 2023. Anúncio de procedimento n.º 20117/2023.

Texto:

Publicado em *Diário da República*, II Série, n.º 228, de 24 de novembro de 2023. Anúncio de procedimento n.º 20117/2023

MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Designação da entidade adjudicante: Secretaria Regional do Turismo e Cultura

NIPC: 671000527

Serviço/Órgão/Pessoa de contacto: Dir. Serv. Contratação Pública e Aprovisionamento

Endereço: Av. Arriaga, 18

Código postal: 9004 519

Localidade: Funchal

País: PORTUGAL

NUT III: PT300

Distrito/Região: Região Autónoma da Madeira

Concelho: Funchal

Freguesia: Freguesia de Sé (Funchal)

Endereço Eletrónico: aprovisionamento.srtc@madeira.gov.pt

2 - OBJETO DO CONTRATO

Designação do contrato: Aquisição, em três lotes, de material informático e outros equipamentos eletrónicos para a Direção Regional da Cultura (Madeira)

Descrição sucinta do objeto do contrato: Aquisição, em três lotes, de material informático e outros equipamentos eletrónicos para a Direção Regional da Cultura (Madeira)

Tipo de Contrato Principal: Fornecimentos

Tipo de Contrato: Aquisição de Bens Móveis

Preço base do procedimento? Sim

Valor do preço base do procedimento: 656,290.23 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 32322000

Valor: 656,290.23 EUR

3 - INDICAÇÕES ADICIONAIS

Número de referência interna: 13/SRTC/2023-PRR

O contrato envolve aquisição conjunta (satisfação de várias entidades)? Não

O contrato é adjudicado por uma central de compras? Não

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? Não

É utilizado um leilão eletrónico? Não

É adotada uma fase de negociação? Não

Serão usados critérios ambientais? Não

4 - ADMISSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não

5 - DIVISÃO EM LOTES, SE FOR O CASO

O contrato é dividido em lotes? Sim

Número máximo de lotes que podem ser adjudicados a um concorrente: 3

Lote n.º 1

Designação: Aquisição de material e equipamento informático, incluindo entrega, instalação, configuração e colocação à disposição para utilização

Preço Base do lote: 164,564.15 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 30230000

Lote n.º 2

Designação: Aquisição de material e equipamento fotográfico, incluindo entrega, instalação, configuração e colocação à disposição para utilização

Preço Base do lote: 95,692.86 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 38650000

Lote n.º 3

Designação: Aquisição de material e equipamento multimédia, incluindo entrega, instalação, configuração e colocação à disposição para utilização

Preço Base do lote: 396,033.22 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 32322000

6 - LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

País: PORTUGAL

NUT III: PT300

Distrito/Região: Região Autónoma da Madeira

Concelho: Todos

Freguesia: Todas

7 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Prazo de execução do contrato [prazo inicial sem incluir renovações]: 120 dias

Previsão de renovações? Não

Prazo de renovações diferente do prazo inicial? Não

8 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - Habilitação para o exercício da atividade profissional?

Sim

Tipo:

Conforme art. 13.º Prog. Conc.

Descrição:

Conforme art. 13.º Prog. Conc.

8.2 - Informação sobre contratos reservados

Aplica-se a contratos reservados (54-A)?

Não

9 - ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO, PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 - Consulta das peças do concurso

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados: Dir. Serv. Contratação Pública e Aprovisionamento

Endereço desse serviço: Av. Arriaga, 18

Código postal: 9004 519

Localidade: Funchal

Endereço Eletrónico: aprovisionamento.srtc@madeira.gov.pt

9.2 - Fornecimento das peças do concurso, apresentação dos pedidos de participação e apresentação das propostas

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante:

ACIN -ICloud Solutions (<https://www.acingov.pt>)

Link para acesso às peças do concurso (URL):

<https://www.acingov.pt>

10 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Até às 23 : 59 do 33 º dia a contar da data de envio do presente anúncio

11 - PRAZO DURANTE O QUAL OS CONCORRENTES SÃO OBRIGADOS A MANTER AS RESPETIVAS PROPOSTAS

120 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

12 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Se no ponto 5 for sim, o critério de adjudicação é diferenciado por lote? Não

Multifator? Não

Monofator

Fator - Nome: Preço

13 - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

Sim 2 %

14 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Designação: Conselho do Governo Regional da Madeira

Endereço: Av. do Infante, 1

Código postal: 9004 547

Localidade: Funchal

Endereço Eletrónico: gabinete.presidencia@madeira.gov.pt

15 - DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO *DIÁRIO DA REPÚBLICA*

2023/11/24

16 - O PROCEDIMENTO A QUE ESTE ANÚNCIO DIZ RESPEITO TAMBÉM É

PUBLICITADO NO *JORNAL OFICIAL* DA UNIÃO EUROPEIA:

Sim

17 - IDENTIFICAÇÃO DO(S) AUTOR(ES) DO ANÚNCIO

Nome: António Eduardo de Freitas Jesus

Cargo: SECRETÁRIO REGIONAL DE TURISMO E CULTURA

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS**Despacho n.º 512/2023****Sumário:**

Designa a Dra. Natércia Cristina Serrão de Freitas, em regime de comissão de serviço, para o cargo de direção intermédia de 1.º grau, diretora de serviços da Direção de Serviços Jurídicos, da Direção Regional de Estradas, da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas.

Texto:

Despacho n.º 26 /2023

Considerando que a DRA. NATÉRCIA CRISTINA SERRÃO DE FREITAS possui licenciatura em Direito;

Considerando que possui a experiência profissional exigível e é dotada de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, nomeadamente as previstas no artigo 6.º da Portaria n.º 44/2017, de 16 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 45/2020, de 24 de fevereiro e artigo 8.º, n.º 1 da Lei n.º 2/2004, de 15-01, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22-12, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 27/2006/M, de 14-07 e n.º 27/2016/M, de 6-07;

Considerando, por último, que a DRA. NATÉRCIA CRISTINA SERRÃO DE FREITAS possui a qualificação, experiência e conhecimentos exigíveis para o desempenho do cargo, sendo a pessoa com o perfil adequado para dirigir a Direção de Serviços Jurídicos, da Direção Regional de Estradas;

Ao abrigo do disposto nas alíneas g) e h) do n.º 1 do art.º 3º da orgânica da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2020/M, de 20 de janeiro, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2022/M, de 2 de março, conjugado com o artigo 20º, n.º 1, artigo 21º, n.ºs 9 e 10 da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada, pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 27/2006/M, de 14 de julho e n.º 27/2016/M, de 6 de julho, e na sequência do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau, diretor de serviços da Direção de Serviços Jurídicos, da Direção Regional de Estradas, da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, aberto por aviso publicado no *Jornal Oficial* da Região autónoma da Madeira, II Série, n.º 47, de 11 de março de 2022, sob o número 233/2022,

Determino:

- 1 - Designar, em regime de comissão de serviço, para o cargo de direção intermédia de 1.º grau, diretora de serviços da Direção de Serviços Jurídicos, da Direção Regional de Estradas, da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, a DRA. NATÉRCIA CRISTINA SERRÃO DE FREITAS.
- 2 - Nos termos do artigo 21º, n.º 10, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e do artigo 4º-A, n.º 11, do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 27/2006/M, de 14 de julho e n.º 27/2016/M, de 6 de julho, o presente despacho produz efeitos a partir de 1 de setembro de 2023.

Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, 28 de agosto de 2023.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS, João Pedro Castro Fino

ANEXO

Nota Curricular

I. Dados pessoais:

Nome: Natércia Cristina Serrão de Freitas

Data de nascimento: 08/07/1975

Nacionalidade: Portuguesa

II. Habilitações Literárias

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa;

Estágio completo de advocacia entre 2000 e 2002;

Inscrição na Ordem dos Advogados em 2003;

Pós-Graduação em Direito do Consumidor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

III. Outras qualificações

- Domínio da língua inglesa na expressão oral e escrita: 5.º e 6.º (600 horas) na Academia de Línguas da Madeira / “First Certificate in English” pela University of Cambridge;
- Algum Domínio da língua francesa na expressão oral e escrita – 2.º e 3.º ano (300 horas) na Academia de Línguas da Madeira.

IV. Experiência profissional

- Desde novembro de 2017 - Diretora de Serviços da Direção de Serviços Jurídicos da Direção Regional de Estradas, da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas.
- Desde outubro de 2017 - Técnica Superior no Gabinete de Contratação Pública da Direção Regional de Planeamento, Recursos e Gestão de Obras Públicas da extinta Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus, atual Secretaria dos Equipamentos e Infraestruturas.
- Desempenho de funções de consultora jurídica procedendo à análise das peças de procedimentos de contratação pública referentes a aquisição de serviços e aquisição de bens provenientes da Direção de Serviços de Materiais e Equipamentos.
- Desde outubro de 2016 até setembro de 2017 – Técnica Superior, em regime de mobilidade no Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP-RAM.
- Exercício de funções, lidando com os mais variados aspetos do Direito Administrativo, mas com maior incidência na Contratação Pública, procedendo à análise das peças de procedimentos de contratação pública referentes a aquisição de serviços, aquisição de bens e empreitadas de obras públicas;
- Nomeação enquanto membro do júri nos vários procedimentos de contratação pública lançados pelo Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP-RAM;
- Desde abril de 2002 até setembro de 2016 - Técnica Superior no Gabinete de Contratação Pública da Direção Regional de Planeamento, Recursos e Gestão de Obras Públicas da Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus (anterior Vice-Presidência e extinta Secretaria Regional do Equipamento Social)
- Em 02-01-2002 - Ingresso na Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, atual Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus, com a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, Estagiária em regime de Contrato de Provisão.
- Em 09-04-2003 - Nomeação definitiva na categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe após conclusão do estágio necessário ao ingresso nesta categoria.
- Atividades desenvolvidas durante o período compreendido entre 2002 e 2009:
- Desempenho de funções de consultora jurídica, emitindo pareceres, analisando os processos de concurso dos vários serviços da extinta Secretaria Regional do Equipamento Social;
- Nomeação como membro da comissão de abertura de concursos e de júri nos vários procedimentos lançados no âmbito do Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas e do Decreto-Lei 197/97, de 8 de junho estando presente nos respetivos atos públicos.
- Apreciação de reclamações apresentadas pelos concorrentes em sede de ato público, bem como elaboração de respostas aos recursos hierárquicos apresentados.
- Acompanhamento de ações de fiscalização do Tribunal de Contas
- Atividades desenvolvidas durante o período compreendido entre 2009 e 2016:
- Desempenho de funções de consultora jurídica, emitindo pareceres no âmbito dos procedimentos de contratação pública à luz do Código dos Contratos Públicos.
- Estudo do modo de funcionamento da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública VortalGov em conjunto com o Núcleo de Informática, elaborando uma sessão de esclarecimento aos funcionários dos diversos serviços da extinta Secretaria do Equipamento Social do modo de funcionamento da mesma;
- Elaboração de registos dos funcionários dos serviços da extinta SRES no DRE, para proceder ao registo de atos no Portal dos Contratos Públicos;
- Lançamento de procedimentos de contratação pública e acompanhamento da sua tramitação na plataforma de contratação pública VortalGov, através da prática de atos na qualidade de gestor, júri, aprovador e adjudicador;
- Lançamento de procedimentos de contratação pública ao abrigo de Acordos Quadro e acompanhamento da sua tramitação na plataforma de contratação pública utilizada pela então Agência Nacional de Compras Públicas Gatewit;
- Lançamento de procedimentos de contratação pública e acompanhamento da sua tramitação na plataforma VortalNext, através da prática de atos na qualidade de gestor, júri, aprovador e adjudicador;

- Lançamento de procedimentos de contratação pública e acompanhamento da sua tramitação na plataforma de contratação pública acinGov, na qualidade de júri, gestor, aprovador e adjudicador;
 - Formalização de vários tipos de contratos públicos resultantes dos procedimentos de contratação pública;
 - Acompanhamento de ações de fiscalização do Tribunal de Contas em matéria de contratos públicos resultantes de procedimentos de contratação pública.
- V. Formação Profissional
- Workshop em Fiscalidade – de 17/05/2001 a 26/05/2001-LusitanaForma;
 - Conferência - “O Consumidor na Ordem Jurídica Portuguesa- 01/06/2001- Câmara Municipal do Funchal;
 - Windows avançado- 27/05/2002 a 29/05/2002-DTIM;
 - Excel iniciação- 07/10/2002 a 21/10/2002- DTIM
 - Código do Procedimento Administrativo - 25/11/2002 a 29/11/2002 - Direção Regional da Administração Pública e Local;
 - Processamento de Texto-WORD Avançado - Srest - Ação 2- 04/06/2003 a 16/06/2003-DTIM;
 - Obras Públicas - Adjudicação e Execução de Empreitadas e Concessões - 17/05/2004 a 18/05/2004 - Direção Regional da Administração Pública e Local;
 - A elaboração de Contratos Pelo Oficial Público - 14/06/2004 a 17/06/2004 - Direção Regional da Administração Pública e Local;
 - Despesas e Obras públicas - Do Aviso à adjudicação - 28/03/2005 a 01/04/2005 - Direção Regional da Administração Pública e Local;
 - Obras Públicas - Adjudicação e Execução de Empreitadas e Concessões - 11/10/2005 a 12/10/2005- Direção Regional da Administração Pública e Local;
 - Regime Jurídico das Execuções Fiscais - 20/02/2006 a 23/02/2006 - Direção Regional da Administração Pública e Local;
 - Excel XP – Avançado 30/03/2006 A 07/04/2006 - DTIM
 - Direito Administrativo- 23/10/2006 a 27/10/2006 - Direção Regional da Administração Pública e Local;
 - Responsabilidade Civil, Disciplinar, Criminal e Financeira na Administração Pública - 30/10/2006 a 31/10/2006 - Direção Regional da Administração Pública e Local;
 - O Tribunal de Contas e o Controlo Externo das Finanças Públicas- 05/11/2007 a 09/11/2007 - Direção Regional da Administração Pública e Local;
 - O Novo Código da contratação Pública - 23/06/2008 a 27/06/2008; Direção Regional da Administração Pública e Local;
 - Seminário Código dos Contratos Públicos - 09/12/2010 a 10/12/2010- Direção Regional da Administração Pública e Local em parceria com a Sêrvulo e Associados Sociedade de Advogados;
 - O contrato de Empreitada de Obras Públicas - 05/09/2011 a 09/09/2011- Direção Regional da Administração Pública e Local;
 - Código dos Contratos Públicos: Regime Substantivo e o Contencioso dos Contratos - 14/11/2013 a 17/10/2013 - Direção Regional da Administração Pública e Local;
 - Contratação Pública à Luz do Código dos Contratos Públicos Revisto-Entidades Adjudicantes-29/01/2018 a 30/01/2018 - *Jornal da Madeira*, em parceria com a acinGov - Plataforma Eletrónica de Compras Públicas;
 - Alterações ao Código dos Contratos Públicos (CCP) e a plataforma acinGov-01/02/2018 - acinGov - Plataforma Eletrónica de Compras Públicas;
 - O Regime da Contratação Pública- 24/06/2019 a 27/06/2019-Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa.
 - Curso FORGEP (Programa de Formação em Gestão Pública) - 07/03/2022 da Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa.
- Funchal, 28 de agosto de 2023

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração Pública.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas.....	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas.....	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas.....	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série.....	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries.....	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries	€ 63,78	€ 31,95;
Completa	€ 74,98	€ 37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Gabinete do Jornal Oficial
Gabinete do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: € 2,44 (IVA incluído)